

# LEI Nº 1043 /2007

**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**SÉRGIO MURILO COSTA**, Prefeito do Município de Angelina, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO**

### **CAPÍTULO I**

#### **DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

**Art. 1º** A Política Municipal de Saneamento Básico de ANGELINA tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

**Art. 2º** Para os efeitos desta lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infra-estrutura e instalações operacionais de:

**I - abastecimento de água potável:** constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumento de medição;

**II - esgotamento sanitário:** constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

**III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:** conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

**IV - drenagem e manejo de águas pluviais urbanas:** conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

**Art. 3º** Para o estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico serão observados os seguintes princípios fundamentais:

**I** – universalização do acesso;

**II** – integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

**III** – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

**IV** – disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

**V** – adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

**VI** – articulação com políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

**VII** – eficiência e sustentabilidade econômica;

**VIII** – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

**IX** – transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

**X** – controle social;

**XI** – segurança, qualidade e regularidade;

**XII** – integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

## **CAPÍTULO II**

### **DO INTERESSE LOCAL**

**Art. 4º** Considera-se como de interesse local, no que concerne ao Saneamento Básico:

**I** - o incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;

**II** - a adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;

**III** - a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais;

**IV** - a adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;

**V** - a ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;

**VI** - a defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental.

**VII** - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras e poluidoras;

**VIII** - a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;

**IX** - o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

**X** - a captação, o tratamento e a distribuição de água, assim como o monitoramento de sua qualidade;

**XI** - a coleta, a disposição e o tratamento de esgotos;

**XII** - o reaproveitamento de efluentes destinados a quaisquer atividades;

**XIII** - a drenagem e a destinação final das águas;

**XIV** - o cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos;

**XV** - a conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;

**XVI** - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;

**XVII** - Monitoramento de águas subterrâneas visando à manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação.

### **CAPÍTULO III**

## **DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

**Art. 5º** A execução da Política Municipal de Saneamento Básico, será executada pela Secretaria Municipal de Saúde e da Assistência Social e será distribuída de forma transdisciplinar em todas as Secretarias e órgão da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FMS**

**Art. 6º** Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMS, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

**Parágrafo Primeiro.** Os recursos do FMS serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geo-político do município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento;

**Parágrafo Segundo.** A supervisão do FMS será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMS e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

**Art. 7º** Os recursos do FMS serão provenientes de:

- I** - Repasses de valores do Orçamento Geral do Município;
- II** - Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana.
- III** - Valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;
- IV** - Valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;
- V** - Doações e legados de qualquer ordem.

**Art. 8º** O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

**Art. 9º** O Orçamento e a Contabilidade do FMS obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único – Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

**Art. 10** A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do Município.

**Art. 11** O Prefeito Municipal, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

## **CAPÍTULO V**

### **DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO**

**Art. 12** Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento, cuja composição, será formada paritariamente por representantes da Sociedade Civil de ANGELINA, e de Secretarias Municipais e outros órgãos públicos, todos nomeados pelo Prefeito Municipal para um mandato de 02 (dois) anos.

**Art. 13** O Conselho Municipal de Saneamento terá caráter consultivo das atividades decorrentes da execução da Política Municipal de Saneamento.

**Art. 14** O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento será eleito entre os membros efetivos deste Conselho.

**Art. 15** O Conselho deliberará em reunião própria, suas regras de funcionamento que comporão seu regimento interno, a ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo, onde constará entre outras, a periodicidade de suas reuniões.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

**Art. 16** O Município elaborará o Plano Municipal de Saneamento Básico, de acordo com as disposições inseridas to na Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007.

**Art. 17** O Plano Municipal de Saneamento Básico terá por escopo:

**I** - diagnóstico, com indicadores, apontando as causas das deficiências detectadas;

**II** - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, soluções graduais e progressivas;

**III** - programas projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, compatível com planos plurianuais e outros correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

**IV** - ações para emergências e contingências;  
mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia dos sistemas de operação de saneamento.

**Parágrafo único.** Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

**Art. 18** O Município poderá delegar a competência regulação e fiscalização a um órgão regulador externo ou a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (AGESC).

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Ar. 19** O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores Projeto de Lei Específico abrindo crédito especial e criando o orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico no Orçamento do município.

**Art. 20** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação com o Governo do Estado de Santa Catarina, com vistas à Gestão Associada com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, concedendo o direito de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários no Município de ANGELINA, pelo prazo de 20 (vinte) anos, renováveis.

**Parágrafo único** - O prazo estabelecido no artigo 19 desta Lei poderá ser prorrogado por novo ajustamento.

**Art. 21** Enquanto não houver os regulamento específicos, as tarifas relativas aos serviços de água e esgotos sanitários, poderão ser reajustadas anualmente, pelos índices de correção setoriais, sem prejuízo da aplicação do Decreto Estadual 3. 557/93.

**Art. 22** Até a completa adaptação a Lei Federal nº 11.445/07, permanece em uso o “Regulamento dos Serviços de Água e Esgotos Sanitários”, atualmente utilizados pela CASAN no município.

**Art. 23** O Plano Municipal de Saneamento Básico será elaborado pelo executivo, em conformidade com a Lei Federal 11445/07 e remetido à Câmara Municipal, no prazo máximo de 12 (doze) meses.

**Art. 24** O Contrato de Programa, conforme previsto na Lei nº 11.445/07, será assinado em 90 (noventa) dias após a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico, a partir do que será implantado pela operadora conveniada com o município.

**Art. 25** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 10 de outubro de 2007.

**SÉRGIO MURILO COSTA**  
Prefeito Municipal